

# APRESENTAÇÃO

Esta edição da Revista *Com Censo* inaugura a parceria com o Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação – EAPE. Desde a sua criação, em 1988, a EAPE vem ocupando um papel central na formação continuada dos profissionais da educação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. Inicialmente, o foco era a formação continuada dos professores, mas, em 1997, passou também a abranger a formação dos profissionais da Carreira Assistência à Educação, recebendo a denominação de Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE.

Ao longo desses 28 anos a EAPE passou por mudanças em suas denominações e vínculos institucionais, inclusive com o encerramento de suas atividades por um breve período. Contudo, nasceu como espaço de garantia do aprimoramento das atividades pedagógicas das escolas, e da articulação com os programas federais de capacitação e desenvolvimento profissional. Trata-se, portanto, de uma conquista que fortalece a formação continuada, refletindo na melhoria da educação básica.

Apesar das alterações em sua denominação, o Centro de Aperfeiçoamento continua a ser referenciado como Escola, em razão de sua identidade histórica na rede pública de ensino há quase três décadas. Este fato se reflete nos artigos e relatos desta edição, que, em sua maior parte, refere-se à denominação Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação.

A temática norteadora desta edição foi a Diversidade. Essa temática vem sendo debatida em muitos processos de formação realizados pela EAPE, atendendo a uma urgência de se repensar o preconceito, a discriminação e a intolerância, que insistem em se mostrar na sociedade

e gerar sofrimento, violência e exclusão. A inserção da diversidade na formação docente requer que se compreendam as causas políticas, econômicas e sociais da desigualdade, da discriminação, do etnocentrismo, do racismo, do sexismo, da homofobia e da xenofobia.

A premência em se discutir as questões da diversidade no espaço escolar e a centralidade que essas questões vêm recebendo nas ações de formação continuada foram decisivas para a escolha dessa temática como foco central. O tema é abordado por vários ângulos nesta edição, ao longo da entrevista, dos artigos e dos relatos, na perspectiva de que as muitas questões sob o leque da diversidade não podem ser vistas de forma isolada.

Não é tarefa fácil abordar pedagogicamente a diversidade. As desigualdades são historicamente construídas e se refletem nas políticas educacionais e nas escolas. Dessa forma, desconsiderar as questões da diversidade leva ao erro de se tratar as diferenças de forma discriminatória, o que perpetua a desigualdade.

A escola, como espaço privilegiado para discussão e formação, não pode ficar alheia a esse debate. Trabalhar a diversidade na sala de aula possibilita a criação e o fortalecimento de valores e atitudes que levam à convivência e ao respeito. Uma educação que privilegia a inclusão e a valorização da diversidade gera estratégias por meio das quais os grupos considerados diferentes passam a ter tratamento equânime, desnaturalizando desigualdades socialmente construídas. A escola se tornará mais inclusiva à medida que assumir o direito à diversidade como eixo norteador da sua ação e de suas práticas pedagógicas. É imperativo romper com a postura de indiferença diante da diversidade, que leva ao silenciamento, à omissão e à negação diante de direitos.

Na EAPE, a discussão a respeito da diversidade reúne conhecimentos que se conjugam de várias formas para ampliar a compreensão da temática e de suas possibilidades pedagógicas. Em meio a sua abordagem nesta edição, são trazidos trabalhos que discutem, por exemplo, questões de gênero, sexualidade, raça, etnia e educação especial inclusiva.

A edição se inicia pela entrevista realizada com a professora Susane Rodrigues de Oliveira, que é Professora Adjunta no Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB, editora-chefe da Revista “história, histórias”, uma das líderes do Grupo de Pesquisa “Vozes Femininas” da UnB e coordenadora do LABEH - Laboratório de Ensino de História - da UnB. Nesta entrevista a professora trata das concepções atualmente discutidas e difundidas acerca da diversidade no Brasil e no mundo, bem como acerca do papel dos movimentos sociais, das formações docentes, dos currículos e da escola no reconhecimento e na valorização da diversidade.

Após a entrevista, inicia-se a seção de artigos. O primeiro artigo, intitulado **Processos de Docilização e Resistência do Corpus Negro em uma Escola Pública do DF**, de Alberto Roberto Costa, apresenta conclusões oriundas da investigação de como acontecem os processos de docilização do corpus negro nas teorias e práticas pedagógicas no contexto de ensino-aprendizagem de artes cênicas em uma escola pública do Distrito Federal. Tem como objetivo examinar os mecanismos de docilização do corpus com base na concepção de Michel Foucault acerca de corpos dóceis, com enfoque nas relações étnico-raciais. A condução teórico-metodológica da investigação se direciona para três eixos que atravessam a temática: a contextualização histórico-social dos sujeitos

no mundo pós-colonial; a escolarização do corpus vista sob a ótica das relações sócio-raciais; e a dimensão artística analisada sob o viés dos pressupostos da Etnocologia. A metodologia etnográfica privilegia a interpretação qualitativa das experiências vivenciadas e tem como ponto de partida a observação e a análise dos sujeitos imersos em contextos de ensino-aprendizagem, valorizando as narrativas da comunidade escolar em uma escola pública de Ensino Fundamental do Distrito Federal.

O segundo artigo, ***A educação em gênero e sexualidades na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: do currículo oculto ao Currículo em Movimento***, de Gigliola Mendes e Lucrécia Bezerra da Silva, tem como objetivos fazer uma análise crítica do currículo oculto presente na educação em gênero e sexualidades, fazer uma análise da atuação da escola como agente de produção e reprodução de estereótipos, preconceitos e violências sociais, e analisar também a importância do movimento feminista na formulação de conceitos centrais para a desconstrução desses estereótipos e preconceitos. A partir da observação dos pressupostos teóricos do Currículo em Movimento da SEEDF, propõe-se a formação continuada dos profissionais da educação como meio de empoderamento e instrumentalização destes no combate aos silenciamentos e às violências sofridas por mulheres e pela população LGBT na escola.

O terceiro artigo, ***Formação Continuada em Educação Ambiental na Perspectiva da Escola Emancipatória e Emancipadora***, de Maristela Nascimento Angra de Oliveira, discute a contribuição da Organização do Trabalho Pedagógico – OTP na inserção da educação ambiental crítica no ensino formal a partir da formação continuada de professores,

especificamente em cursos de formação em educação ambiental oferecidos na rede pública de ensino do Distrito Federal. Considerando que a OTP reflete uma organização historicamente determinada, a formação de professores como sujeitos conscientes de sua práxis demanda uma reflexão a respeito da sociedade e da educação que identifique os desafios de uma educação transformadora e as formas de superá-los. A perspectiva que se vislumbra é a de uma OTP que fortaleça iniciativas e ações para a formação de uma comunidade de aprendizagens para todos, contrapondo-se à lógica da subordinação e da exclusão, promovendo ações educativas diferenciadas para a escola. O planejamento coletivo dessas ações com foco em projetos de educação ambiental crítica é capaz de fortalecer a autonomia da prática pedagógica para o professor e para o estudante.

O quarto artigo, ***As Contribuições da Licenciatura em Educação do Campo na Transformação das Relações de Gênero***, de Maria de Lourdes Soares Pereira, aborda a Educação do Campo como projeto alternativo de sociedade, visando à conquista de políticas públicas para o campo. Dessa forma, esse trabalho busca compreender as contribuições da Licenciatura em Educação do Campo da UnB, campus Planaltina/DF, para as mulheres egressas e estagiárias de diversas turmas, oriundas do Assentamento Virgilândia, em Formosa – Goiás, tendo em vista as rupturas das relações de gênero impostas por uma cultura patriarcal hegemônica. O referido trabalho mostra a realização de uma pesquisa qualitativa em educação, caracterizada pela história de vida, na qual se utilizou um roteiro de entrevista semiestruturada gravada. A trajetória de vida dessas mulheres revela um cotidiano de exclusão e subordinação pela condição de mulher camponesa alijada dos seus direitos e pela falta do acesso

à educação. Em decorrência do acesso à Licenciatura em Educação do Campo é possível perceber sinais de ruptura, protagonismo e emancipação que dão novos significados à vida dessas mulheres e constroem estratégias de resistência frente à discriminação.

O quinto artigo, ***É Possível Transformar a Escola e os/as Professores/as? Desafios para a Formação Inicial e Continuada em Gênero e Sexualidade***, de autoria de Cláudia Denis Alves da Paz, apresenta uma discussão acerca das experiências vivenciadas por professoras atuantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, relativas à formação profissional voltada para as temáticas de gênero e sexualidades na escola. Nesse trabalho é feita uma análise das concepções dos profissionais da educação básica do Distrito Federal a respeito dessas temáticas e da relação dessas concepções com seu trabalho pedagógico. O objeto de análise foi a formação continuada dos profissionais da educação em gênero e sexualidades. O percurso desenvolvido na investigação foi traçado com base no pressuposto da pesquisa qualitativa reconstrutiva, especificamente da interpretação como princípio do Método Documentário aplicado aos grupos de discussão. Nos anos iniciais, a concepção dos professores é de que as crianças não possuem sexualidade. Portanto, o desenvolvimento de um projeto nessa área poderia “aflorar” prematuramente a sexualidade das crianças. A análise dos dados possibilitou perceber a predominância do argumento de que é preciso que as escolas possuam especialista que trate das questões de gênero e sexualidades, uma vez que os professores não conseguem lidar com tais temáticas. Constata-se, neste estudo, a necessidade de formação, tanto

inicial quanto continuada, nas áreas de gênero e sexualidades, primeiramente devido à dificuldade de encontrar profissionais que possuam essa formação adequada e, em segundo lugar, por causa dos discursos realizados pelos profissionais, pautados exclusivamente em preconceitos e na heteronormatividade.

O sexto artigo, **Formação Continuada de Professores: (Re)negociando Significados na Construção da Escola Inclusiva**, de Júlia Cristina Coelho Ribeiro, discute o processo de negociação e renegociação de significados e de práticas pedagógicas necessário aos encaminhamentos das políticas públicas de Educação Especial, em uma perspectiva inclusiva. Para isso, apresenta-se um apanhado geral a respeito do lugar social da deficiência, com o intuito de compreender as origens do modelo inclusivo e a sua significação na atualidade, tendo como fundamento a perspectiva histórico-cultural de desenvolvimento humano. Em seguida, realiza-se uma breve retomada acerca de disposições normativas que orientam as políticas públicas de inclusão, a fim de identificar e analisar o modo como a legislação define e organiza o papel do professor e da intervenção pedagógica na educação inclusiva. Por fim, realiza-se uma discussão acerca dos desafios da qualificação de professores para atuar em tal modelo, no tocante à importância da formação continuada para a modificação de crenças e de valores equivocados relacionados a estudantes com deficiência.

O sétimo artigo, **Integração Curricular na Prática: A Experiência do Grupo PROEJA-Transarte-Observatório da Educação**, de Dorisdei Valente Rodrigues e Lúcio França Teles, trata da necessidade de estímulo da oferta integrada de Educação Profissional na educação básica, como forma de inserir os jovens e adultos nos processos de socialização a partir das Tecnologias de Informação e Comunicação. A integração curricular

pode se dar de várias maneiras. Uma dessas formas, a integração arte-tecnologia-curriculo, é discutida neste trabalho tendo como base uma prática desenvolvida por professores e estudantes em escolas da rede pública do Distrito Federal, na modalidade EJA, como parte do Projeto PROEJA-Transarte-OBEDUC, que teve início em 2007 e faz uso da metodologia da pesquisa-ação. Esse artigo apresenta uma análise crítica da integração prática de arte-tecnologia-curriculo desenvolvida no âmbito do referido projeto de pesquisa. Em conclusão, os autores apresentam um resumo dos resultados alcançados e dos novos desafios.

À seção de artigos seguem-se os relatos de experiência. O primeiro relato, cujo título é **Educação para as Relações Étnico-Raciais: Possibilidades Pedagógicas**, de autoria de Adínia Santana Ferreira e Patrícia Nogueira Silva, apresenta uma experiência desenvolvida no âmbito da formação continuada dos profissionais da educação pública do Distrito Federal. Nessa experiência, mostra-se um conjunto de ações que têm contribuído de forma crescente para a promoção da igualdade étnico-racial nas escolas do DF. Entre essas ações, destaca-se o curso: “Educação para as relações étnico-raciais: explorando recursos pedagógicos”, que foi realizado em 2015 no Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação e que aponta inúmeras possibilidades pedagógicas por meio do debate e da análise crítica de alguns recursos didáticos.

O segundo relato de experiência, **Formação Continuada de Educadoras(as) em Mediação de Conflitos no Contexto Escolar da SEEDF**, das autoras Cléssia Mara Santos, Flávia Tavares Beleza e Michelle Ribeiro Confessor, trata da formação continuada em mediação de conflitos no contexto escolar. Essa formação ocorre no Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação desde 2012 e é desenvolvida como parte da práxis de mediação de conflito, do

Projeto “Estudar em Paz”, que acontece em algumas escolas da rede pública do DF por meio da parceria com o Núcleo de Estudos para a Paz (NEP), da Universidade de Brasília. A mediação social de conflitos é mostrada como estratégia pedagógica alternativa de minimização e eliminação das diversas violências na escola e como espaço de aprendizagem e desenvolvimento humano a partir do conflito, de modo a envolver toda a comunidade escolar.

O terceiro e último relato, chamado **Um Aluno Surdo, Uma Prática Relevante para o Despertar da Linguagem**, da autora Fani Costa de Abreu, retrata a caminhada escolar de um aluno surdo de quinze anos de idade sem fluência em nenhuma língua de sinais, nem em qualquer língua oral ou escrita. Nesse texto, a autora relata os motivos pelos quais esse aluno ainda se encontra nessa condição, mostrando as mudanças pelas quais ele tem passado após iniciar um contato mais efetivo com a língua de sinais. O texto traz comentários a respeito das recentes pesquisas relacionadas à educação de surdos que afetam diretamente a vida escolar atual desse aluno. Nele abordam-se também questões acerca do sujeito surdo leitor, do texto visual-espacial e do que realmente significa ser letrado e ser capaz de construir e reconstruir um texto. Resaltam-se fundamentos teóricos para a elaboração de futuras intervenções pedagógicas junto a alunos surdos. Por fim, chega-se à convicção de que o ser humano, ao ser ancorado em sua língua, é capaz de infinitas possibilidades para a ação social e cultural.

Esperamos que esta edição sensibilize e desperte o leitor para a importância de se refletir acerca de questões relativas à diversidade. Desejamos também que esse debate amadureça e ocupe o devido espaço na escola, no sentido de consolidar a convivência e a tolerância social entre as pessoas.

**Luiz Fernando de Lima Perez**

Chefe do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação da SEEDF

**Fábio Pereira de Sousa**

Subsecretário da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação da SEEDF